



**ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

**PARECER AO VETO Nº 009/2022 QUE VETA
TOTALMENTE O PROJETO DE LEI Nº
185/2022 QUE, DETERMINA A UTILIZAÇÃO
DE SISTEMA ELETRÔNICO DE
GERENCIAMENTO DE FILAS NA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL.**

I - Relatório:

Foi encaminhado para análise e parecer da Comissão de Constituição, Justiça, nos moldes do regimento interno deste Legislativo municipal a presente proposição.

O veto 009/2022 veio devidamente acompanhado de sua justificativa, juntamente com parecer prévio da procuradoria especializada desta casa.

É o relatório.

II – Voto do Relator:

O veto total por número 009/2022 foi encaminhado a este relator para análise e parecer. Regimentalmente, o artigo 5, XIV, do regimento interno da câmara municipal de Parauapebas incube privativamente está digna Casa o apreciá-lo:

Art. 5º. Compete privativamente à Câmara, entre outras, as seguintes atribuições:

XIV - apreciar os vetos do Prefeito; [grifo nosso]

Quanto a tempestividade do veto, o mesmo fora realizado dentro do prazo, obedecendo ao que preceitua o § 1º, do art. 50 da Lei orgânica municipal, a saber:

Art. 50. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal de Parauapebas serão enviados ao prefeito para que, aquiescendo, os sancionará.

§ 1º se o prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados daquele em que receber, o comunicando os motivos do veto ao presidente da câmara municipal, neste mesmo prazo. [grifo nosso]



**ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

Como podemos abstrair da leitura do instituto acima é juridicamente viável a realização de vetos por parte do chefe do executivo a projetos em andamento nesta casa.

No mérito, julgou o excelentíssimo prefeito, vetou totalmente o projeto 185/2021, por entendê-lo, em partes, inconstitucional e desconformado ao interesse público.

A procuradoria especializada desta casa, após debruçar-se sobre o tema, acolheu as razões do prefeito, sugerindo a manutenção do veto por parte dos nobres pares desta casa, por padecer o projeto de vício inconstitucional formal.

No entanto, pós análise minuciosa deste relator, verificou-se que não há razão na causa de pedir do excelentíssimo prefeito, e sugiro aos nobres colegas rejeitarem os argumentos do chefe do executivo.

Quanto a estrutura, a redação e a técnica jurídica empregada no veto, o mesmo encontra-se em consonância com a lei complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Ante todo o exposto, opina-se pela **rejeição** do veto nº 009/2022 ao projeto de lei 185/2021.

É o parecer do relator.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2022.

Relator(a)



**ESTADO DO PARÁ PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

III - PARECER DA COMISSÃO

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, Ante o exposto, conclui pela **REJEIÇÃO** do veto nº **009/2022** ao projeto de lei nº 185/2021.

Sala das Comissões, _____ de _____ de 2022.

Elvis Silva Cruz.

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação



RAIANNY RODRIGUES DE SOUSA

Membro da CCJR

Elias da Construforte

Membro da CCJR